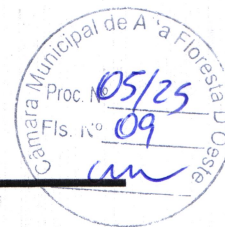




Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE
ALTA FLORESTA D'OESTE
Assessoria Jurídica Legislativa



PARECER JURÍDICO

PROCESSO: PROJETO DE LEI Nº 05/2025

PROPONENTE: EXECUTIVO MUNICIPAL

“Ementa: “AUTORIZA AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL a conceder reajuste salarial aos servidores públicos municipais”.

RELATÓRIO:

1. RELATÓRIO

Foi encaminhado a Assessoria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 05/2025, que tem como finalidade autorizar a concessão de reajuste salarial de 7,51% dos servidores públicos de Poder Executivo Municipal, estendendo aos servidores ativos (inclusive autarquia e conselheiros tutelares), cargos comissionados, funções gratificadas e profissionais de enfermagem, não se aplicando aos agentes políticos e cargos/funções que possuem políticas remuneratórias estabelecidas em leis federais (piso nacional da educação, agentes comunitários de saúde e agente de endemias).

O Projeto está instruído com a Mensagem 05/AGM/2025, justificando que tem como objetivo estabelecer reajuste anual dos salários dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal, garantindo aumento compatível com o reajuste do salário mínimo e em percentual acima da inflação, de modo a ampliar o seu poder de compra e promover sua valorização profissional.

A medida prevista no presente Projeto de Lei segue amparada em estudo de impacto orçamentário e financeiro, oriundo do Departamento Financeiro/Contábil Municipal.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

PARECER:

2. DA ANÁLISE JURÍDICA

Palácio Claudomiro Neves da Silva

Fone: 69 3641 3812, dl@altaflorestadoeste.ro.leg.br www.altaflorestadoeste.ro.leg.br
Avenida Brasil, nº 3333, Bairro Centro, CEP 76.954-000 – Alta Floresta D'Oeste/RO

Handwritten signature



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE
ALTA FLORESTA D'OESTE
Assessoria Jurídica Legislativa



A princípio esclareço que o parecer é um documento por meio do qual o Assessor Jurídico fornece informações técnicas acerca de determinado assunto, quando consultado pelo órgão, emitindo opinião jurídica fundamentada, servindo como subsídio para tomada de decisão dos nobres Edis, conquanto não vinculante.

2.1 DA COMPETÊNCIA E INICIATIVA

O projeto versa sobre matéria de competência do Poder Executivo, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição da República.

O texto constitucional está reproduzido no art. 7º, inciso I e II da Lei Orgânica Municipal, dispondo que compete ao município legislar sobre assuntos de interesse locais, bem como suplementar a legislação Federal e Estadual no que couber.

Também o art. 57, inciso X da Lei Orgânica Municipal, e o art. 115, inciso IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Alta Floresta do Oeste prescrevem que propostas relativas a orçamento serão apreciadas pela Câmara de Vereadores na forma do Regimento Interno.

2.2 DA TRAMITAÇÃO E VOTAÇÃO

Preliminarmente, a propositura deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes pertinentes.

O quórum para aprovação do referido Projeto de Lei será por maioria absoluta dos membros da Câmara, conforme termos do art. 26, § 2º, 5 da Lei Orgânica.

2.3 DO MÉRITO

A Constituição Federal assegura, em seu art. 37, inciso X, os seguinte termos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

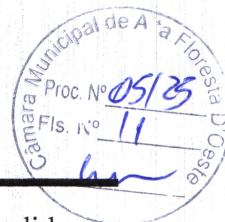
X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Palácio Claudomiro Neves da Silva

Fone: 69 3641 3812, dl@altaflorestadoeste.ro.leg.br www.altaflorestadoeste.ro.leg.br
Avenida Brasil, nº 3333, Bairro Centro, CEP 76.954-000 – Alta Floresta D'Oeste/RO



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE
ALTA FLORESTA D'OESTE
Assessoria Jurídica Legislativa



No presente caso, o índice de reajuste apresentado é de 7,51%, que será estendido aos servidores ativos (inclusive autarquia e conselheiros tutelares), cargos comissionados, funções gratificadas e profissionais de enfermagem, não se aplicando aos agentes políticos e cargos/funções que possuem políticas remuneratórias estabelecidas em leis federais (piso nacional da educação, agentes comunitários de saúde e agente de endemias).

Colhe-se que o Projeto em questão foi elaborado mediante estudo de impacto orçamentário e financeiro, oriundo do Departamento Financeiro/Contábil Municipal, que declara expressamente em sua conclusão a adequação orçamentária e financeiro no exercício de 2025 e seguintes no plano plurianual, bem como viabilidade da geração de despesa, em conformidade com os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, não se verificando óbice para o regular processamento.

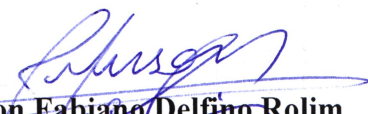
3. CONCLUSÃO:

A emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não tem força vinculante e não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se efetivamente legítima do Parlamento.

Diante do exposto, **OPINA** pela legalidade e regular tramitação do projeto de lei Nº 05/2025, por não vislumbrar vícios de natureza material ou formal que impeçam a sua deliberação em Plenário.

É o parecer.

Alta Floresta D'Oeste/RO, 13 de janeiro de 2025.


Jeferson Fabiano Delfino Rolim
Assessor Jurídico da Mesa Diretora
OAB/RO 6.593

Palácio Claudomiro Neves da Silva

Fone: 69 3641 3812, dl@altaflorestadoeste.ro.leg.br www.altaflorestadoeste.ro.leg.br
Avenida Brasil, nº 3333, Bairro Centro, CEP 76.954-000 – Alta Floresta D'Oeste/RO